

A Pluralidade como Eixo Condutor de Relatórios, Legislações e Metodologias de Análise de Produtos Informativos Audiovisuais¹

José Tarcísio da Silva Oliveira Filho²

Iluska Coutinho³

Universidade Federal de Minas Gerais

Universidade Federal de Juiz de Fora

Resumo

No campo da comunicação a pluralidade ocupa um espaço importante em pesquisas jornalísticas. Entretanto, sua conceituação (e origem) nem sempre é aprofundada. Neste trabalho buscamos discutir a pluralidade com base em levantamento bibliográfico; no Relatório do Pluralismo Político-Partidário elaborado pela Entidade Reguladora para a Comunicação Social de Portugal - que traz modelos simples e ponderados para verificar a presença e a representação política nos serviços de comunicação; e em duas metodologias de análise acadêmicas elaboradas por pesquisadores brasileiros. Assim, o conceito emerge como uma convergência de outros conceitos e práticas que também possuem significados paralelos, como a polifonia, o contraponto, a presença de sotaques na programação e a representação das minorias.

Palavras-chave

Pluralidade; Comunicação; Telejornalismo; ERC; Metodologias.

Introdução: o pluralismo e suas faces

A palavra pluralismo deriva de plural, o oposto de singular. Tratada no meio da comunicação como a representação de diversos lados políticos, étnicos, raciais, sexuais e religiosos, vem sendo amplamente utilizada para sustentar a defesa e significação de uma comunicação democrática.

Em uma discussão que busca se aprofundar sobre a origem do termo pluralismo, principalmente em países latino-americanos com foco nas mudanças ocorridas nas décadas de 70 e 80⁴, Barbero (1994) realiza uma conexão entre o reconhecimento dos povos, etnias, raças e sexos e da desigualdade do acesso aos meios envolvendo as maiorias e minorias, numa percepção de que rádio, televisão e jornais tornaram-se importantes formadores de visões de mundo. Diversas problematizações são colocadas pelo autor como sendo as

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste realizado de 17 a 19 de junho de 2016.

² Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Minas Gerais. jtarcisiofilho@gmail.com

³ Profa. Dra. do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Orientadora do trabalho. iluskac@globocom

⁴ O foco de Barbero (1994) nas décadas de 70 e 80 evidencia o avanço e importância do pluralismo na América Latina, principalmente devido ao cenário político da região, com o fim de regimes autoritários e a transição para o sistema democrático.

questões do pluralismo, entre elas estão se sua prática consiste apenas em dedicar um pouco mais de espaço na imprensa para minorias ou radicais; se aspectos ligados a estrutura social da democracia tornaram-se anacrônicos para o novo público que tem como característica o ato de duvidar; ou mesmo a consideração de perspectivas filosóficas ou políticas que possuem pouca expressão (BARBERO, 1994).

Ao citar o caso da América Latina, Barbero (1994) afirma que a partir do momento em que as sociedades latino-americanas passaram a permitir o acesso a outras visões do mundo e de costumes, tem-se contribuído para esfriar dogmas políticos e religiosos, minimizando ações repressivas e tendências autoritárias. Barbero também relaciona o pluralismo com a influência ocidental, marcada pela globalização e a inserção de novas culturas. Assim, destaca a importância da criação de meios para preservar os costumes regionais.

Em se tratando dos meios de comunicação, ressalta a necessidade de saber analisar a forma como a diversidade se concretiza. Diz que nem sempre este conceito na televisão equivale ao número de canais disponíveis, já que a quantidade pode não se refletir na qualidade e no pluralismo em si (BARBERO, 1994). Em uma perspectiva com ênfase política, principalmente em relação a transição dos regimes autoritários para democráticos nos países da América Latina nos anos 80, Barbero ainda afirma, utilizando da constatação teórica de Elizabeth Fox, que apesar das diferenças filosóficas e políticas que motivaram as reformas, foram criadas políticas para preservação das tradições culturais e criativas e que beneficiassem setores desfavorecidos da sociedade. Na televisão passos importantes da pluralidade surgiram com os canais regionais: vistos à princípio com desconfiança pelos poderes centrais, representaram a descentralização e a dispersão do poder. Seria uma forma do povo das regiões ver suas cores, paisagens e personagens e também de lutar contra estereótipos, preservar a memória e repensar a cultura (BARBERO, 1994).

Barbero (1994) defende que a difusão do conteúdo independente também é uma via de fortalecimento do pluralismo na América Latina. Na época de publicação do texto, em meados da década de 90, mais de 500 grupos de produção alternativa e popular formavam intercâmbios e assumiam o papel de "fazer chegar ao mundo cultural uma heterogeneidade inesperada de atores sociais e riqueza de temas e narrativas através do qual eles emergem e expressam mudanças profundas na cultura política do setor mais jovem"⁵ (BARBERO,

⁵ Tradução nossa. Trecho original da citação em espanhol: “[...]el video independiente está haciendo llegar al mundo cultural una heterogeneidad insospechada de actores sociales y un riqueza de temas y narrativas a través de las que emergen y se expresan cambios de fondo en la cultura política de los sectores más jóvenes” (BARBERO, 1994, p.6).

1994, p.6). Assim, o autor afirma que a comunicação plural significa o desafio de levar a heterogeneidade como um valor para construção de um tecido coletivo. Por fim, relata que é preciso recriar formas de convivência sem assumir a moralização de princípios ideológicos absolutistas. Neste aspecto, a comunicação assume um papel importante.

Na academia, o pluralismo vem sendo estudado e aplicado em diversas temáticas do campo da comunicação. Peruzzo (2005), por exemplo, aborda a pluralidade de formas que tem transformado a comunicação comunitária. Porto (2002) traça a relação da pluralidade na violência, devido a seus diversos tipos e relações com a cultura - e a representatividade nos meios de comunicação. Já Ramos (2005) utiliza o conceito para tratar da democratização da comunicação, principalmente no que se refere a inclusão de setores discriminados e mais fracos no processo de comunicação. Para o autor, este ideal será alcançado através de “informação mais abundante, procedente de uma pluralidade de fontes” (RAMOS, 2005, p. 249), entretanto, afirma que “se não houver possibilidades de reciprocidade, a comunicação não será realmente democrática” (Ibidem, p. 249).

A importância de tratar do pluralismo na comunicação se refere principalmente ao papel do comunicador em sua função de enunciador. Baccega (2005) ao propor essa relação, considera que:

O campo da comunicação constitui-se a partir de uma multiplicidade de discursos que originam e configuram a unicidade do discurso da comunicação. O comunicador é o indivíduo/sujeito que o assume. Enunciador/enunciatário de todos os discursos em constante embate na sociedade, ele é o mediador da informação coletiva. Se, por um lado, o comunicador tem a condição de enunciador de um discurso específico, ao produzi-lo ele estará, na verdade, reelaborando a pluralidade de discursos que recebe: ou seja, estará na condição de enunciatário. Ele é, portanto, enunciador/ enunciatário. (BACCEGA, 2005, p.383)

Nesta perspectiva, a costura dos diferentes discursos – representados pelas falas das fontes – em um só discurso (a reportagem final), deve-se implicar na dialogicidade, característica da polifonia. Baccega (2005) cita que o eu plural tem o compromisso de “fazer aflorar a importância dos indivíduos/sujeitos de ambos os pólos, na configuração das verdades, dos valores que permeiam o imaginário, dos comportamentos que estão presentes no cotidiano das pessoas, dos grupos, das classes sociais” (Ibidem, p.384).

Um ponto chave é que Baccega (2005) coloca a polifonia como um dos componentes da pluralidade – e assim, a demanda de se aprofundar neste conceito. Leal e Carvalho (2014), ao tratar da polifonia numa corrente bakhtiniana⁶, afirmam que esta não

⁶ A pressuposição bakhtiniana, citada por Leal e Carvalho (2014), considera que a polifonia aborda vozes sociais que, por lógica, não são compatíveis e, portanto, não se misturam.

pode ser representada pela quantidade de fontes ouvidas na elaboração de um texto, já que pode resultar na “convocação de variadas vozes concordantes, situando-se aquém de quaisquer possibilidades de diferenciação social, de visões sociais de mundo conflitantes e/ou capazes de matizar contradições sociais” (LEAL; CARVALHO, 2014, p.4). Em suma, consideram que as fontes e os personagens poderiam ser usados para confirmar o enquadramento proposto pelo veículo de comunicação. Portanto, esclarecem que a principal característica do pluralismo é a “evocação de diferentes vozes sociais” (Ibidem, p. 04).

No Brasil, instrumentos implantados na última década, como a criação da Empresa Brasil de Comunicação, a EBC, e da emissora pública, TV Brasil, viabilizaram meios de propagar o pluralismo na sociedade brasileira. Constitucionalmente⁷, há a defesa e a garantia de veiculação de conteúdo regional, independente e plural. No Manual de Jornalismo da EBC: Somente a Verdade, que norteia as práticas da elaboração informativa dos veículos da EBC, o pluralismo aparece como um ideal desde a formulação do material, que é considerado "um empenho coletivo, aberto, plural e democrático" (EBC, 2013, p.11). É notório a relação entre pluralismo e sistema democrático, com ênfase na participação de diferentes vozes sociais e na diversidade. Esta associação pode ser fundamentada pela própria Constituição Federal de 1988, cujo preâmbulo situa a sociedade pluralista como uma necessidade a ser assegurada.

O documento também insere o pluralismo entre os principais objetivos da EBC, considerando que:

[...] o interesse da sociedade brasileira é o foco essencial do jornalismo da EBC, que deve se colocar a serviço do direito dos cidadãos à informação correta e qualificada, à comunicação plural e diversificada e à liberdade de pensamento, opinião e consciência (EBC, 2013, p.22).

Na seção dedicada aos “Valores, Objetivos e Diretrizes” do órgão, o pluralismo aparece ao lado de compromissos como imparcialidade, discernimento e regionalismo, e é caracterizado como a promoção do "acesso à informação por meio da pluralidade de fontes de produção e distribuição do conteúdo" (EBC, 2013, p.23). Já na parte onde são elencados os princípios, a pluralidade de ideias e de percepções da realidade é ressaltada como necessária nas coberturas do jornalismo da EBC – e ao longo do documento, também é enfatizada essa necessidade na elaboração das pautas.

⁷ A Lei de número 11.652, de 7 de abril de 2008, que institui os princípios e objetivos de radiodifusão pública a serem constituídos pela EBC traz no segundo artigo que a "promoção do acesso à informação por meio da pluralidade de fontes de produção e distribuição de conteúdo" deve ser observada como um dos princípios do órgão.

Nos Princípios Editoriais do Grupo Globo, publicado em 2009 e que tem o objetivo de nortear a produção informativa dos veículos da Globo, o pluralismo de opiniões aparece no tópico dedicado aos atributos da informação de qualidade. Afirma-se que "os veículos do Grupo Globo buscarão ter um corpo de comentaristas, cronistas, colaboradores, fixos ou eventuais, que seja plural, representando o arco mais amplo de tendências legítimas em uma sociedade democrática" (GLOBO, 2009, p.5).

Um fato interessante na carta é que há a afirmação de que as redações do Grupo Globo são totalmente independentes e, por isso, competem por furos e reportagens exclusivas. Segundo os Princípios Editoriais do Grupo Globo, essa configuração estimularia a pluralidade de abordagens. Tal descrição pode ser problematizada diante de um cenário de convergência midiática e de fusões de redações com o objetivo de cortes de gastos. Também poderia levar a percepção de que um cenário de convergência poderia comprometer - até certo ponto - uma comunicação plural envolvendo diferentes veículos de uma empresa, já que é comum o compartilhamento de informações entre as redações.

Ainda é possível articular que conceitos defendidos pelas políticas editoriais, como a independência, o apartidarismo e a questão laica, estão relacionados ao que o Grupo Globo considera como sendo o espírito isento e pluralista, de forma que possibilite o acolhimento do contraditório e que forneça elementos para que o público possa se posicionar.

Apesar dos compromissos firmados pelas empresas jornalísticas e até da legislação em prol do pluralismo, a ausência de mecanismos de regulação voltados para a mídia dificulta o acompanhamento deste conceito na produção noticiosa no Brasil. A partir deste momento, portanto, consideramos necessário discutir como a presença de um órgão regulador pode contribuir para a promoção do pluralismo na comunicação de um país.

O relatório de pluralismo político: a experiência portuguesa

Com o intuito de melhor compreender as formas de tornar a pluralidade presente no dia a dia das emissoras, recorreremos a analisar como a presença de um órgão regulador pode ser importante para atingir este objetivo. No Brasil, ao contrário de alguns países latinos e europeus, a regulação do audiovisual ainda não existe – apesar das discussões recentes, ainda tímidas, do governo. Algumas mobilizações, como o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), vem discutindo a importância deste mecanismo e propondo leis que possam promover uma comunicação democrática. O Projeto de Lei de Iniciativa Popular da Comunicação Social Eletrônica, também chamada de Lei da Mídia

Democrática⁸, por exemplo, está em fase de recolhimento de assinaturas para apresentação no Congresso Nacional. Além da garantia da diversidade regional, étnico-racial, de gênero, classe social, religiosa, o Capítulo 2 da proposta de lei aponta que a comunicação social eletrônica deve-se reger pela "promoção da pluralidade de ideias e opiniões".

O artigo 30, que trata dos responsáveis pela regulação nos meios eletrônicos, não cita a criação de um órgão exclusivo voltado para rádio e TV. Diz que a regulação deveria ser realizada em conjunto com várias instâncias, como o Poder Executivo, a Anatel, a Ancine e o Congresso Nacional. Entretanto, nota-se que a competência de fiscalizar as obrigações relativas à programação caberia a Ancine, enquanto a Anatel estaria com a responsabilidade de regular as questões técnicas. Ainda é possível identificar o que o documento considera como sendo os papéis dos responsáveis pela regulação:

A regulamentação estabelecerá limites de tempo e demais regras para veiculação de programas visando propaganda de partido político ou propagação de fé religiosa, respeitando os princípios de pluralidade, diversidade e direitos humanos, e a proibição a qualquer tipo de manifestação de intolerância, nos termos da Constituição, desta lei e outras leis relacionadas (LEI DA MÍDIA DEMOCRÁTICA, 2013, art.22).

Enquanto a regulação no Brasil ainda engatinha, países como Argentina, Uruguai e Equador já possuem legislações voltadas para este fim. Apesar da necessidade de consolidação, já são consideradas passos importantes para uma comunicação mais igualitária e plural. Na Europa esses instrumentos já estão mais consolidados e fornecem recursos que permitem incluir o cidadão no acompanhamento do pluralismo.

Um exemplo é o Relatório de Pluralismo Político-Partidário, divulgado anualmente pela Entidade Reguladora para a Comunicação Social, a ERC, de Portugal. Antes de discutir este documento, consideramos importante descrever a agência de regulação portuguesa. A ERC começou a operar em 2006 com o objetivo de regular e supervisionar todas as entidades que promovem atividades de comunicação social em Portugal. A estrutura é independente e possui autonomia administrativa e financeira. Ela é constituída pelo Conselho Regulador, responsável pelas ações de regulação; pela Direção Executiva, a qual cabe a gestão administrativa e financeira, além da gerência; o Conselho Consultivo,

⁸ A Lei da Mídia Democrática é resultado da campanha "Para Expressar a Liberdade - Uma nova lei para um novo tempo". A origem dela está ligada a mobilização de entidades do movimento social brasileiro durante o Seminário Desafios da Liberdade de Expressão, realizado em São Paulo no ano de 2012. Entretanto, desde 2009, durante a realização da I Conferência Nacional de Comunicação, propostas para o setor de rádio e TV já eram levantadas com intuito de construção de políticas públicas para a comunicação do país (Fonte: <<http://www.paraexpressaraliberdade.org.br>>. Acesso em 26/04/2016).

que tem a missão de formular as linhas de atuação da ERC; e pelo Fiscal Único, com o papel de fiscalizar a eficiência financeira da entidade (ERC, 2015).

Entre as atribuições institucionais da ERC, estão a garantia da

[...] liberdade de imprensa, o direito à informação, a independência face aos poderes político e económico e o confronto das diversas correntes de opinião, fiscalizando o cumprimento das normas aplicáveis aos órgãos de comunicação social e conteúdos difundidos e promovendo o regular e eficaz funcionamento do mercado em que se inserem (ERCb, 2015, p.1)

Novamente é possível perceber como o pluralismo aparece, desta vez, no confronto de diferentes opiniões. Uma forma de acompanhar esse trabalho da ERC é através das publicações periódicas que são disponibilizadas em seu site⁹.

O Relatório do Pluralismo Político-Partidário é uma dessas publicações. Elaborado desde 2007, se dedica a analisar os programas televisivos do serviço público de televisão (RTP 1 e RTP2) e de emissoras privadas (SIC e TVI). Segundo o documento, o plano de avaliação foi apresentado em 2007 aos partidos políticos e rediscutido em 2013 com os partidos e emissoras televisivas. A iniciativa é classificada como uma ferramenta para dar "resposta consistente e fundamentada a queixas oriundas de partidos políticos e cidadãos sobre alegadas quebras do pluralismo no tratamento informativo dado às atividades partidárias e governamentais" (ERC, 2015, p.5). Assim, o plano foi elaborado para que se permitisse uma avaliação sistemática e a longo prazo, fornecendo maior precisão de dados e não apenas análises isoladas, realizadas caso a caso.

Portanto, o principal objetivo é constatar se as emissoras estão alinhadas ao princípio do pluralismo, descrito na Lei da Televisão portuguesa e, portanto, considerado uma obrigação legal. Segundo o próprio relatório, a lei determina que a atividade de televisão deve "promover a cidadania e a participação democrática e respeitar o pluralismo político social e cultural" (ERC, 2015, p.4). A mesma lei, ainda descreve que é preciso assegurar o respeito ao pluralismo, ao rigor e a isenção. O relatório também é embasado pela Constituição da República Portuguesa, cujo artigo 38, número 6, cita que é necessário assegurar a "possibilidade de expressão e confronto de diversas correntes de opinião" (Ibidem, p.4).

O relatório também esclarece que não se deve confundir o pluralismo político com o pluralismo político-partidário. Para o Conselho Regulador, a primeira expressão também

⁹ As publicações, inclusive o Relatório do Pluralismo Político-Partidário, estão disponíveis no endereço eletrônico: <<http://www.erc.pt/pt/estudos-e-publicacoes>>. Acesso em 26/04/2016.

abrange outros aspectos, como fatores econômicos, sociais e culturais. A avaliação é realizada através de metodologias quantitativas e qualitativas aplicadas na programação informativa diária (neste caso, os programas veiculados no horário nobre) e não-diária. No que se refere as categorias de análise, o relatório considera a identificação dos atores políticos em relação a sua representatividade de opinião e corrente de expressão; representantes do governo e dos partidos políticos; e a presença das forças e atores sociais que aparecem representados no noticiário de forma a interagir com atores da esfera político-partidária (ERC, 2015).

A análise busca ir além do que a "simples contagem do número de peças em que um determinado conjunto de organismos, instituições ou pessoas (nesta análise genericamente designadas formações), independentemente da sua natureza política ou social, está presente" (ERC, 2015, p.9), mas também verificar como as formações surgem midiaticizadas. Assim, o levantamento utiliza-se de modelos matemáticos simples¹⁰ e ponderado¹¹. Este último, segundo o relatório, "tem a capacidade de traduzir em números uma análise que, na sua base, é essencialmente qualitativa" (Ibidem, p.9).

Imaginemos que uma formação é referida em 20 peças dos noticiários analisados, enquanto outra o é somente em 10. Se a análise do pluralismo político se limitar à comparação desses dois números, será simples concluir que a formação que foi referida em 20 peças teve maior visibilidade. Mas isso será suficiente para afirmar que há assimetrias ou até mesmo falta de pluralismo político nessas peças? Possivelmente não. Retomando o mesmo exemplo, imagine-se que, se além de sabermos o número referências, soubermos ainda que a formação que foi referida em 20 peças, em 18 foi mencionada como mero elemento de contextualização, sem nunca ter sido consultada como fonte de informação, ao passo que a que foi referida em 10 peças teve destaque nas aberturas dos noticiários e surgiu sempre representada por alguém cujas declarações foram exibidas. Conhecendo esses dados, a conclusão é possivelmente bastante diferente (ERC, 2015, p.9-10).

Em 2012 e 2013, período de análise do último relatório divulgado¹², foram observadas 3081 peças. Os noticiários diários analisados foram: Telejornal (RTP1); Hoje/24: Sumário (RTP2); Jornal da Noite (SIC); e Jornal das 8 (TVI). Entre as conclusões apontadas no ano de 2012, foi constatado que os partidos com representação parlamentar

¹⁰ O modelo simples considera apenas a presença das formações políticas nas peças.

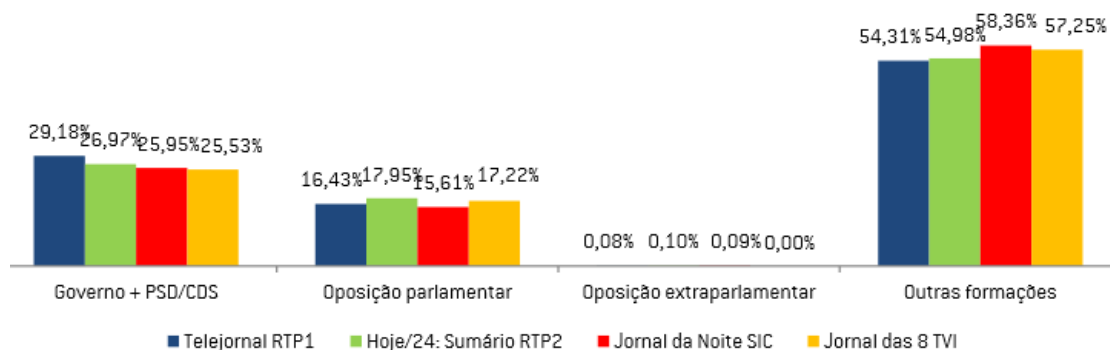
¹¹ O modelo ponderado, além de considerar a presença das formações políticas nas peças levantada no modelo simples, também faz a ponderação com outras duas variáveis: a valência/tom das formações e audiência média da peça. Tal modelo permite uma maior contextualização das variáveis na peça jornalística.

¹² Apesar de ser referente aos anos de 2012 e 2013, o relatório foi publicado no site da ERC em 2015. Nota-se que há uma distância entre o período de análise e a data de publicação desde o início do plano de avaliação.

tiveram maior espaço de cobertura, seguidos do Governo e o PSD/CDS-PP¹³, e com escassa representação, os partidos extraparlamentares (ERC, 2015).

De acordo com a análise ponderada, nos quatro programas diários analisados, as presenças do Governo e do PSD/CDS-PP apresentaram um índice entre 25% e 29% das aparições, sendo muitas vezes representados num contexto pouco favorável ao mesmos. No caso dos partidos com representação parlamentar, notou-se que a presença é mais focada na divulgação das suas atividades e posições, demonstrando uma construção midiática positiva para estes. Os partidos sem representação parlamentar, por serem menos presentes nos programas analisados, o modelo de ponderação, com foco em aspectos qualitativos, não teve influência nas suas presenças se considerado o levantamento baseado no modelo simples (ERC, 2015, p.12). O gráfico abaixo, retirado do relatório, demonstra as aparições em termos percentuais no ano de 2012.

Fig. 7 PRESENCAS CONJUNTAS DO GOVERNO, PARTIDOS E OUTRAS FORMAÇÕES POR BLOCO INFORMATIVO: MODELO PONDERADO – RTP1, RTP2, SIC E TVI - 2012

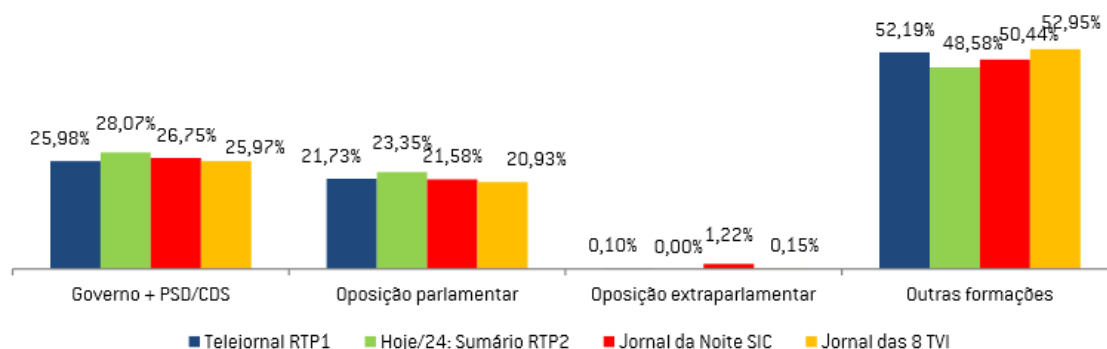


(Fonte: Relatório de Pluralismo Político-Partidário, 2015, p. 65)

O relatório conclui que não há grandes diferenças entre os telejornais analisados. Percebe-se que a variação nas quatro categorias analisadas não chega a 4% entre os noticiários. Em relação ao ano de 2013, o mais recente analisado, os dados permanecem semelhantes como demonstra a figura abaixo.

¹³ PSD é a sigla do Partido Social Democrata; CDS-PP se refere ao Partido Popular, ambos de Portugal.

Fig. 8 PRESENCAS CONJUNTAS DO GOVERNO, PARTIDOS E OUTRAS FORMAÇÕES POR BLOCO INFORMATIVO: MODELO PONDERADO – RTP1, RTP2, SIC E TVI – 2013



(Fonte: Relatório de Pluralismo Político-Partidário, 2015, p.65)

O relatório, que possui 214 páginas, também discute os resultados específicos de cada programa, sem preocupação comparativa. São descritas a presença por partido, setores do governo, movimentos organizados da sociedade civil, autarquias nacionais, governos regionais, órgãos da União Europeia, entre tantos outros. Outro fator que merece atenção é que os resultados também são contextualizados com os acontecimentos do período, de forma que expliquem o porquê de algum órgão ter sido tão presente numa determinada fase da análise – e com específica angulação. Assim, a presença do governo, apresentada de forma negativa por alguns dos noticiários, é justificada por exemplo pela divulgação em janeiro de 2012 dos déficits nas contas do Estado, recessão econômica e aumento das dívidas.

O pluralismo nas análises acadêmicas

Num país onde há carências de geração de relatórios que podem fornecer indicadores sobre a pluralidade, como acontece em Portugal, uma via para suprir essa deficiência são as análises desenvolvidas no âmbito da academia. Geralmente os grupos de pesquisas que trabalham com a questão audiovisual desenvolvem metodologias próprias que são adaptadas para atender os objetivos dos projetos – e que, muitas vezes, também são úteis para membros externos em pesquisas independentes. Percebe-se que, geralmente, utilizam como base a análise do discurso e de conteúdo, o que permite obter resultados quali-quantitativos. Assim, consideramos importante expor algumas dessas metodologias e identificar como a questão da pluralismo é evidenciada.

Coutinho e Gouvêa (2015) utilizam em pesquisas do Laboratório de Jornalismo e Narrativas Audiovisuais da UFJF a análise da materialidade audiovisual. Voltada para a

verificação das premissas do jornalismo público, entretanto também aplicável em outras análises audiovisuais, é composta por quatro eixos de observação: **pluralidade; diversidade; cidadania/autonomia; e narrativa audiovisual**. Segundo os autores, os eixos permitem "articular na observação dos conteúdos telejornalísticos as diferentes instâncias implicadas na realização audiovisual, em sua relação com as promessas diferenciais do telejornalismo em emissoras públicas" (COUTINHO; GOUVÊA, 2015, p.4)

A referida análise inicia com a identificação da temática e o tempo da peça. Assim, parte-se para o eixo que nos interessa com maior profundidade: o pluralismo. Ele consiste nas seguintes questões:

Setores sociais que estão representados na narrativa¹⁴.

As abordagens ou enquadramentos temáticos utilizados.

A presença de partidos políticos e do governo, considerando também a representação partidária.

Presença dos sotaques.

Registros realizados fora dos centros hegemônicos na cobertura telejornalística (Rio, São Paulo e Brasília).

(COUTINHO; GOUVÊA, 2015, p.5)

O eixo diversidade se relaciona com o direito à comunicação. Coutinho e Gouvêa (2015) trazem como elementos de análise a identificação das fontes que constituem a narrativa, como "governo, legislativo, iniciativa privada, sociedade civil organizada, judiciário, especialistas, polícia, autoridades políticas, celebridades, esportistas, populares" (Ibidem, p.5). A última categoria de fontes deve ser analisada sob a ótica de seu protagonismo na narrativa e não apenas para confirmar percepções de repórteres e especialistas. Assim, a necessidade de observar como o cidadão é abordado na peça e o papel desempenhado (COUTINHO; GOUVÊA, 2015). Apesar do eixo diversidade estar separado do pluralismo, podemos afirmar, que os eixos se relacionam, já que a pluralidade perpassa também pela diversidade de fontes e representatividade social, como evidenciado no Relatório de Pluralismo Político-Partidário português.

¹⁴ Em relação aos setores sociais, Coutinho e Gouvêa (2015) afirmam que envolve "não apenas a identificação de determinado ator social, mas também a forma como ele aparece naquela materialidade audiovisual, se tem direito à voz ou é apenas enunciado em textos e imagens que constituem aquela edição" (COUTINHO; GOUVÊA, 2015, p.5)

O eixo cidadania/autonomia, com ênfase no jornalismo público, é retratado como a contribuição de uma informação para um "saber fazer, um estar e atuar no mundo" (COUTINHO; GOUVÊA, 2015, p.6). Este preceito foca na questão educacional, estímulos à ação do telespectador e a inclusão do cidadão na trama. Por fim, o eixo Narrativa Audiovisual corresponde a estrutura narrativa elaborada, com referência a linguagem audiovisual e a dramaturgia do telejornalismo (COUTINHO, 2012). Além da identificação dos recursos e formatos utilizados (como offs, sonoras, artes e passagens), também há a demanda de compreender os papéis designados pelas fontes e pelo repórter, como vilão, mocinho, vítima, arauto, expert (COUTINHO, GOUVÊA, 2015).

Outra metodologia voltada para o audiovisual é a análise televisual¹⁵, elaborada por Beatriz Becker (2012). A autora considera que estudar a linguagem televisiva significa analisar o modo como a televisão produz sentidos combinando imagens, palavras e outros elementos da narrativa audiovisual. Assim, a metodologia criada considera a possibilidade de “conhecer, compreender e interpretar os sentidos das obras audiovisuais elaborados pela produção, os quais circulam” (BECKER, 2012, p.240).

Nesta perspectiva, são consideradas seis categorias de análise: 1. estrutura do texto¹⁶, que se caracteriza pelo modo como o produto audiovisual se apresenta, considerando também o estilo de narração, formatos, duração, entre outros elementos; 2. temática, direcionada a revelar conteúdos e campos temáticos privilegiados do material; 3. enunciadores, representados pelos atores sociais que participam das narrativas, observando também os diálogos, depoimentos e as diferentes vozes presentes; 4. visualidade, tem o intuito de identificar a instância cênico-visual e recursos gráficos e multimídia; 5. som, se refere aos elementos sonoros, ruídos, trilha sonora que se relacionam com as imagens e, assim, participam da construção da narrativa e dos sentidos do texto; 6. edição, para desvendar os processos da montagem da obra e compreender as características das narrativas jornalísticas audiovisuais.

Após a identificação dos elementos de cada categoria, devem ser considerados ainda os três princípios de enunciação: fragmentação; dramatização; e definição de

¹⁵ A metodologia de Becker (2012) utiliza-se de elementos da análise de conteúdo e do discurso (FAIRCLOUGH, 2001; PINTO, 1995); da Literacia Midiática (FERRÉS, 1994, FONTCUBERTA, 2008; POTTER, 2011; GONNET, 2007); Análise Televisual (CASSETTI, CHIO, 1999; VILCHES, 1984, 1995; MACHADO, 2001, 2003); dos Estudos Culturais (MARTIN-BARBERO, 2001; KELLNER, 2001) e do campo do jornalismo (SALAVERRIA, 2005; MEDITSCH, 2007, 2010),

¹⁶ Deve-se ressaltar que em “estrutura do texto” será identificado o formato jornalístico empregado, como reportagem, nota seca, nota coberta ou vivo. Siqueira e Vizeu (2014) afirmam que ao escolherem o formato, os jornalistas “determinam quais assuntos terá um aprofundamento maior e quais serão abordados de forma mais abrangente” (SIQUEIRA; VIZEU, 2014, p.57-58).

identidades e valores (BECKER, 2012). O primeiro representa o caráter enxuto caracterizado pela programação televisiva brasileira, como a estruturação de blocos. O conceito permite percepção da dificuldade da compreensão das unidades informativas; “dramatização” se relaciona à natureza ficcional da narrativa, também semelhante ao que Coutinho (2012) aborda em dramaturgia no telejornalismo; “definição de identidades e valores” é uma via para conhecer as marcas enunciativas da narrativa referentes aos valores atribuídos aos problemas (BECKER, 2012)

A análise de Becker também pode ser uma ferramenta útil para analisar a presença do pluralismo. As temáticas permitem observar se os assuntos atendem também às minorias. A identificação dos enunciadores é uma via para verificar a diversidade de fontes e opiniões. A visualidade auxilia na identificação dos regionalismos. A estrutura do texto é importante para verificar a hierarquia dos assuntos abordados em termos de tempo e formatos empregados, recursos utilizados e o texto elaborado pelo repórter. Os aspectos dos princípios de enunciação são necessários para fornecer elementos qualitativos, principalmente em relação aos papéis empenhados pelas fontes (dramatização) e definição de identidades e valores que permite observar a perspectiva do telejornal sobre determinado tema.

Nosso objetivo com essa discussão foi o de demonstrar que a pluralidade pode ser identificada e medida sob diversas perspectivas. Entretanto, para isso, é necessário buscar (ou adaptar) metodologias que possibilitem analisar categorias que fazem parte de uma comunicação plural, como enunciadores, dramaturgia, diversidade e representatividade.

Considerações

A discussão sobre pluralidade se mostra importante principalmente devido ao seu vínculo com outros estudos do campo da comunicação, como a qualidade televisiva, a comunicação democrática, o interesse público e o jornalismo público. Nota-se que uma unanimidade entre os autores abordados é de que a o pluralismo não deve ser visto apenas como a presença de diferentes grupos, partidos ou pessoas na mídia, mas, principalmente, com a posição enunciativa de cada um desses sujeitos e suas contribuições para a geração do contraditório e para a polifonia de vozes.

A importância de um órgão regulador também deve ser mencionada. No Brasil as empresas de comunicação se autorregulam, e assim, acabam por adotar critérios próprios de qualidade e, conseqüentemente, do que consideram como sendo pluralismo – como foram

observados nas análises do Manual de Jornalismo da EBC: Somente a Verdade e dos Princípios Editoriais do Grupo Globo. A presença de uma agência de regulação, como ocorre em Portugal com a ERC, além de facilitar e agilizar as demandas dos cidadãos, também é útil para gerar relatórios que avaliam o pluralismo dos noticiários. Apesar de estar presente na constituição brasileira, não há hoje meios oficiais no Brasil que acompanhem se realmente o pluralismo faz parte da programação das emissoras.

Como afirma Barbero (1994) ser plural é levar a heterogeneidade como um valor para a construção da coletividade, de forma que não assuma a moralização de princípios ideológicos absolutistas. É uma via para que minorias e setores que foram historicamente excluídos da sociedade ganhem vozes e sejam representados nos meios de comunicação. Estes, como formadores do imaginário social, podem contribuir para a redução da exclusão social, atendendo aos valores da comunicação democrática que tanto se discute nos países latino-americanos.

As metodologias apresentadas, ao considerarem aspectos dos estudos culturais e do campo do jornalismo, contribuem para analisar se os veículos de comunicação no Brasil tem de fato um telejornalismo plural. Entretanto, mais uma vez, deve-se enfatizar que as análises voltadas para a verificação do pluralismo, devem ser realizadas com métodos específicos e que sejam capazes de identificar posicionamentos, contradições, papéis empenhados nas narrativas e aspectos da dramaturgia no jornalismo.

Referências bibliográficas

BACCEGA, Maria Aparecida. Comunicação/Educação: Um campo em ação. In.: **Actas dos II SOPCOM, IV LUSOM e II IBÉRICO**. Sopcom: Covilhã, 2005.

BARBERO, Jesús. La comunicación plural: alteridad y socialidad. **Dia-logos**, n.40, 1994.

BECKER, Beatriz. Mídia e jornalismo como formas de conhecimento: uma metodologia para leitura crítica das narrativas jornalísticas audiovisuais. **Matrizes**. Ano V, n.2. São Paulo, 2012, p. 231 -250.

COUTINHO, Iluska. **Dramaturgia do telejornalismo brasileiro**: A estrutura das notícias em rede nas emissoras de TV de Juiz de Fora-MG. Rio de Janeiro: Mauad-X, 2012.

_____; GOUVÊA, Allan. Narrativas internacionais nas emissoras de TV públicas: O distante tornado próximo nos noticiários noturnos da TV Brasil e da RTP1. In: **Anais do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Intercom: Rio de Janeiro, 2015.

EBC. **Somente a verdade – Manual de Jornalismo da EBC**. Brasília: EBC, 2013

ERC. Relatório de Pluralismo Político-Partidário. Disponível em: <<http://www.erc.pt/pt/>>. Acesso em: 26/04/2016.

ERCb. Entidade Reguladora para a Comunicação Social. Disponível em <<http://www.erc.pt/pt/sobre-a-erc>>. Acesso em 28/12/2015.

GLOBO. **Princípios Editoriais das Organizações Globo, 2011**. Rio de Janeiro – RJ. Disponível em: < <http://g1.globo.com/principios-editoriais-das-organizacoes-globo.pdf>> Acesso em: 26/11/2015.

LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto. Jornalismo e polifonia: problematizações conceituais e metodológicas. XII Congresso da ALAIC, 2014. In.: **Anais do XII Congresso ALAIC**. ALAIC: Lima, 2014.

LEI DA MÍDIA DEMOCRÁTICA. Disponível em: <www.paraexpressarliberdade.org.br/projeto-de-lei>. Acesso em: <23/12/2015>

MENDONCA, Kleber. Tramas Discursivas: apontamentos para a análise dos efeitos de sentido no telejornalismo brasileiro. In: Itânia Gomes. (Org.). **Análise de Telejornalismo: desafios teórico-metodológicos**. Salvador: Edufba, 2012, p. 259-284.

RAMOS, Murilo. Comunicação, direitos sociais e políticas públicas. In MARQUES DE MELO, J.; SATHLER, L. **Direitos à Comunicação na Sociedade da Informação**. Umesp: São Bernardo do Campo, 2005.

SIQUEIRA, Fabiana; VIZEU, Alfredo. Jornalismo em transformação: as escolhas dos formatos das notícias na TV. In.: **Telejornalismo em questão**. Alfredo Vizeu, Edna Mello, Flávio Porcello e Iluska Coutinho (orgs.). V.3. Florianópolis: Insular. 2014.

PERUZZO, Cicília. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**. São Paulo: ALAIC, n.3, 2005. p.18-41.

PORTO, Maria Stela. Violência e meios de comunicação de massa na sociedade contemporânea. **Sociologias**, n.8. Porto Alegre, 2002, p. 152-171

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são**. Vol.1. Florianópolis: Insular. 2012.